



O AMBIENTE LEGAL

AUTOR (ES)

David Wilson: International Centre for Eyecare Education (ICEE), Sydney, Australia

REVISOR (ES)

Tony Simon: University of New South Wales, School of Optometry, Australia

ESTE CAPÍTULO INCLUI UMA REVISÃO DE:

- Resumo dos princípios jurídicos
- Formas legais de organização empresarial

INTRODUÇÃO

O estabelecimento de uma prática da optometria exige uma preparação minuciosa. Independentemente do país ou jurisdição haverá uma longa lista de requisitos legais que devem ser atendidos e protocolos administrativos que devem ser estabelecidos. Parte 1 desta disciplina examina o ambiente legal e como ele afecta o funcionamento de uma prática da optometria.

A maior parte das ópticas são pequenas empresas e na maioria dos casos são geridos pelo optometrista/proprietário do negócio. Enquanto competências empresariais e um conhecimento prático de contabilidade e direito não causará impacto sobre a capacidade do optometrista em executar um exame visual detalhada, são uma parte essencial da prática da optometria e o sucesso da prática.

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS

Este assunto introduz alguns conceitos de direito uma vez que se aplica à prática da optometria. Servirá como uma introdução geral, no entanto um conhecimento mais detalhado é necessário uma vez que se espera que todos os cidadãos estejam conscientes das suas obrigações legais. Embora existam alguns princípios comuns em jurisdições também existem algumas diferenças significativas.

É essencial que os optometristas se familiarizem com os requisitos legais das suas próprias jurisdições. Também se recomenda obter aconselhamento jurídico formal, particularmente para contratos importantes como o arrendamento. O objectivo desta disciplina é dar ao optometrista conhecimentos suficientes sobre a lei para compreender os conselhos dados por um advogado e ser capaz de fazer perguntas perceptivas.

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS (CONT.)

Jurisprudência é a ciência e a filosofia do direito. Um optometrista deve ter um conhecimento prático sobre este importante campo. Não é possível cobrir todas as variações na jurisprudência em todo o mundo; ou seja, as diferenças nos sistemas jurídicos em países diferentes, ou variações dentro de cada sistema em um assunto. Não é possível cobrir um país em profundidade. No entanto, enquanto um optometrista não se pode tornar num especialista em lei, algum conhecimento é útil se não essencial e, portanto, este assunto tem por objectivo dar uma visão geral e apresenta alguns princípios jurídicos comuns e, em certa medida, a filosofia subjacente dos princípios legais.

Em alguns países, todas as leis são criadas pelo governo. Esse processo é chamado de legislação. Sob o sistema britânico que há uma segunda categoria de lei conhecido como lei comum ou lei feita por juízo. Estas leis evoluíram a partir de decisões feitas por juízes em especial dos tribunais comunitários. A lei comum e a lei legislativa são discutidas abaixo.

Os seguintes princípios legais irão ser discutidos:

- Doutrina de Separação de Poderes
- Direito Penal e Civil
- Ónus da Prova
- Direito Comum
- Delito
- Legislação
- Contratos
- Legislação Optométrica
- Direito do Consumidor

DOCTRINA DE SEPARAÇÃO DE PODERES

Alguns países adoptaram um princípio primordial, conhecido como a doutrina da separação dos poderes. A doutrina, desenvolvido na Grécia antiga e usado no sistema britânico de Westminster, é seguido por muitos países, incluindo Índia, Estados Unidos e Austrália. A doutrina exige que os poderes legislativos, judicial e o braço executivo sejam separados e independentes. Assim, uma pressão indesejável não pode ser exercida num dos braços por um outro. Por exemplo, o braço executivo do governo não deve conseguir influenciar os tribunais.

A separação de poderes é muitas vezes ténue em alguns países. Por exemplo, na Austrália e no Reino Unido todos os membros do braço executivo são também membros do poder legislativo, e por serem membros do partido político têm um controlo efectivo dos ramos executivos e legislativos do governo, apesar do facto de que o chefe do Executivo em ambos os países não dirigir tecnicamente a legislatura.

Além disso, em ambos os países e outros, como os Estados Unidos, os juízes do Supremo Tribunal são nomeados pelo governo quando existe uma vaga. Assim, enquanto eles não tem controlo directo sobre o poder judiciário, eles podem nomear juízes que acreditem ter visões políticas semelhantes.

DIREITO CRIMINAL E CIVIL

O direito penal lida com infracções consideradas crimes (também conhecido como delitos graves) ou contra-ordenações (crimes menores) o direito civil abrange áreas como direito contratual e extracontratual (discutido abaixo). Há muitas variações de sistemas jurídicos, mas os dois principais sistemas são contraditórios (usado pelos britânicos e outros) e inquisitória (preferidos dos países europeus).

O sistema penal europeu baseia-se num sistema inquisitória, onde juízes que são especificamente treinados para questionar, fazer perguntas aos acusados e outras testemunhas. Este sistema também é utilizado em alguns tribunais inferiores no sistema britânico, nomeadamente nos tribunais do consumidor, discutidas mais tarde na parte 1.

Por outro lado, o sistema britânico, também usado por muitas ex-colónias britânicas, incluindo Austrália, Estados Unidos, Índia e vários países africanos, baseiam-se num sistema acusatório, onde ambos os lados estão representados por advogados que faça perguntas ao outro lado. O juiz adopta um papel de árbitro. O resultado do caso é determinado pelo juiz/s ou em alguns casos, um júri. O júri é seleccionado normalmente a partir de membros do público em geral e, como resultado, não têm formação jurídica.

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS (CONT.)

ÔNUS DA PROVA

O ônus da prova irá variar entre países. Também varia se o caso for um processo criminal ou civil. No sistema jurídico britânico, o ônus da prova em processos penais é "Além de uma dúvida razoável". Em alguns casos, isso significa uma decisão unânime por um júri. Há também um ônus sobre o procurador para provar o caso com o réu considerado inocente até se provar em contrário.

Os processos civis têm um menor ônus da prova, "sobre o equilíbrio de probabilidades". Ou seja, o juiz (ou, eventualmente, o júri) simplesmente determina qual partido eles acham ser mais correcto. O menor nível de prova é um reflexo das consequências menos significativas. Ou seja, uma perda de um processo criminal pode significar a perda da liberdade pessoal e em alguns países possivelmente a perda da vida enquanto uma perda de um processo civil resulta numa perda de dinheiro.

RESPONSABILIDADE ESTRITA

Na maior parte dos casos criminosos e alguns civis a acusação deve provar que não houve intenção de cometer o acto específico. Isto é referido como 'mens rea', 'mente culpada', em latim. Eles também devem provar que o acto foi cometido pela pessoa acusada. Isto é referido como o 'actus reus', 'culpado act', em latim. Alguns actos criminais e civis, no entanto, são considerados pela lei responsabilidade estrita. Isso significa que apenas o actus Reus deve ser provado. A intenção não precisa ser provada. Um exemplo de responsabilidade estrita é as infracções rodoviárias. A polícia só precisa provar que uma pessoa estava a acelerar; eles não têm de provar que a pessoa pretende acelerar. A negligência de direito civil é um exemplo de responsabilidade estrita. No caso discutido abaixo, Donoghue versus Stevenson, não havia necessidade de provar que Stevenson pretendia prejudicar a Sra. Donoghue.

LEI COMUM

A lei comum é criada pelas decisões dos juízes. Se nenhuma lei existe sobre um caso específico, ou se a legislação é confusa, os juízes irão decidir o caso nos princípios jurídicos como eles o entendem. Isto cria o que é conhecido como precedente jurídico. Em caso de direito comum quanto maior o Tribunal dentro do sistema judicial, mais forte o precedente. A lógica subjacente a este sistema é que os juízes, bem como os juristas, são os melhores para agir como árbitros, daquilo que é considerado razoável na ausência de leis e juízes de tribunais superiora, considerados mais experientes uma vez que os seus juízos são mais válidos.

Exemplo do caso: Donoghue V Stevenson 1932

Um caso seminal no sistema jurídico britânico é Donoghue versus Stevenson, ouvido pela Privy Council Grã-Bretanha (o mais alto tribunal do Reino Unido) em 1932. Foi responsável por estabelecer o conceito jurídico de delito, um civil errado; no caso de Donoghue versus Stevenson civil errado de negligência. O juiz responsável pelo julgamento do Conselho privado, Lorde Atkin, também estabeleceu que ficou conhecido como o princípio vizinho, onde "um homem tem o dever de conduzir-se de forma a evitar danos a outras pessoas, onde um homem razoável teria visto que tais danos poderiam ocorrer".

O queixoso (pessoa processando o réu), Sra. Donoghue, visitou um restaurante em Paisley, um subúrbio de Glasgow na Escócia, com um amigo. O amigo da Sra. Donoghue comprou-lhe uma garrafa de cerveja de gengibre que vinha numa garrafa opaca e ela começou a beber cerveja de gengibre no copo onde a cerveja de gengibre foi deitada pelo empregado. Depois de beber a cerveja, no copo, deitou o resto da cerveja que estava na garrafa e encontrou vestígios de um caracol parcialmente decomposto. Como resultado desta ida ao café a Sra. Donoghue contraiu uma gastroenterite e decidiu tomar medidas legais para o pagamento das contas médicas e pedir compensações pelos danos.

A Sra. Donoghue não pode processar o proprietário da loja, porque não tinha sido ele a comprar a cerveja de gengibre logo, não tinha nenhum contrato, escrito ou verbal com a loja; foi o seu amigo que estabeleceu um contrato com o restaurante, no entanto, este não foi prejudicado. O advogado da Sra. Donoghue decidiu processar o fabricante de cerveja de gengibre, a Stevenson, pela negligência no fabrico de cerveja de gengibre. Naquela época não existia nenhuma lei sobre a negligência e o caso foi levado, em apelo pelos advogados de Stevenson, para o Conselho privado em Londres.

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS (CONT.)

Os cinco juízes do Conselho privado favoreceram a Sra. Donoghue com uma maioria de três contra dois. Este acórdão efectivamente criou uma nova lei, a lei de negligência e o princípio jurídico do 'dever de cuidado'. Este julgamento, em seguida, actuou como precedente em casos semelhantes, após este julgamento. Carregava o peso da lei em todos os tribunais do mesmo nível ou inferiores. Uma vez que o Conselho privado é o mais alto tribunal no Reino Unido o seu efeito foi total. A lei comum pode ser alterada ou alterado por juízes no tribunal superior (excepto neste exemplo onde não existe nenhum tribunal superior) ou legislação.

DELITO

O acto ilícito é um ramo do direito comum em lidar com erros civis. Evoluindo do caso discutido acima, abrange áreas como negligência, difamação e incómodo, onde uma pessoa irá tomar medidas contra outro que eles acreditam erroneamente lhes ter causado danos. O termo deriva da palavra latina tortus, que significa torcido.

Negligência

Negligência é onde uma pessoa (ou empresa) não tomou cuidados apropriados, resultando em danos, financeiros ou físicos para com outra pessoa ou empresa. Donoghue versus Stevenson, onde Stevenson foi considerada negligente ao não tomar cuidado suficiente no fabrico de cerveja de gengibre, é um exemplo da aplicação do princípio da negligência.

Difamação

Difamação é onde uma pessoa (ou empresa) prejudica a reputação de outra pessoa ou empresa através de comentário público faltoso. Ou seja, fazer comentários que não sejam suportados com provas. A difamação toma duas formas, escrito, conhecido como difamação e falado, conhecido como calúnia. Por difamações ocorridas, deve haver uma audiência. Quanto maior a audiência maior o dano à reputação da vítima e maior a compensação que podem reclamar.

Incómodo

Incómodo é onde uma pessoa (ou empresa) causou alguns danos, financeiro ou físico para com outra pessoa ou empresa através das suas acções. Isso pode ter várias origens como a emissão de fumos tóxicas, ruído excessivo ou poluentes a um rio.

Num sistema de direito comum, uma pessoa vai processar a pessoa agressora por danos incorridos. Se, no entanto, eles tenham sido prejudicados por uma pessoa sob o controle de outra pessoa, como um funcionário ou agente, eles podem optar por processar quem controla sob o princípio da 'responsabilidade vicária'. Responsabilidade Vicária é onde uma pessoa assume a responsabilidade das acções dos seus agentes ou empregados. A decisão de processar o grupo de controlo, em vez do responsável directo é muitas vezes feita por razões económicas. Ou seja, o grupo de controlo é susceptível de ter uma maior capacidade para pagar os danos que um funcionário.

Há várias maneiras em que um réu poderá defender-se judicialmente, mesmo quando o acto é comprovado. Estes incluem:

CONSENTIMENTO

Ou seja, a pessoa concordou em participar no acto que causou o dano. Esta é a defesa usada pelos médicos quando as operações não vão correr como planeado. Os médicos e as empresas que fazem operações arriscadas (tais como para-quedismo) geralmente pedem aos pacientes ou participantes para assinar um formulário reconhecendo e aceitando o risco. Isso não protegerá necessariamente o negócio ou o praticante de uma acção judicial, se for provado que houve negligência.

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS (CONT.)

ILEGALIDADE

Esta defesa seria usada se os danos foram causados porque o queixoso quebrou a lei. Por exemplo uma pessoa acelerando um carro de aluguer, causando um acidente e lesões.

CO-NEGLIGÊNCIA

Em caso de co-negligência o réu argumenta que o arguido também culpa no ocorrido. Uma optometrista que esteja a ser processada por uma lesão no olho causada por lentes de contacto pode reivindicar concorrência de culpa se o paciente não tiver seguido os conselhos de limpeza.

LEGISLAÇÃO

Legislação, também conhecida como estatuto da lei, é a lei criada pelo Parlamento (legislatura). Estas leis são chamadas de actos do Parlamento. A legislação substitui a jurisprudência e pode ser alterada somente pela nova legislação. No entanto, segundo a doutrina da separação dos poderes, os juízes muitas vezes são obrigados a interpretar a lei em casos de ambiguidade. Os legisladores muitas vezes não estão disponíveis para perguntar o que foi feito pela sua legislação, especialmente se houver um período de tempo significativo entre a promulgação de legislação e a necessidade de testar o seu significado. Por esta razão, os juízes são necessários para executar esta tarefa. No caso em que o legislador está descontente com a interpretação de um determinado acto, o seu único recurso é a introdução de nova legislação ou regulamentos para esclarecer a interpretação.

Embora os sistemas variem de país para país a legislação geralmente começa como uma lei introduzida "bill" ao Parlamento, normalmente pelo Ministro de governos pertinentes. O Ministro da saúde, por exemplo, introduziria uma lei 'bill' relacionada com a saúde. O projecto de lei seria discutido no Parlamento antes de ser votada. Em alguns países o projecto de lei deve receber a aprovação do chefe de estado antes de se tornar lei. Num país com uma monarquia constitucional (tal como o Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e Japão), isso é normalmente uma formalidade. O chefe de Estado, em tais casos, tem pouco ou nenhum poder de recusar o parecer favorável. Isto também acontece nas repúblicas onde o chefe de Estado (normalmente um Presidente) é diferente do chefe de governo. Nas repúblicas, onde o chefe de estado é também o chefe de governo (tal como os Estados Unidos e África do Sul) o parecer favorável do chefe de Estado não é apenas uma formalidade.

Uma vez que as leis se tornem actos do Parlamento que normalmente se encontram na constituição, os quais estão disponíveis em volumes encadernados, para quem deseje consultá-los.

CONTRATOS

Os contratos são utilizados em todas as áreas de negócios. São usados para contratação de pessoal, venda de bens, prestação de serviços e arrendamento de instalações. Um contrato vincula as duas partes do contrato e exige o cumprimento da sua parte do acordo. Eles são muitas vezes escritos, mas na maior parte das jurisdições um acordo verbal também constitui um contrato. Os contratos escritos têm o benefício de uma prova que foi acordada e eliminam a necessidade de memória ou testemunhas. Eles também ajudam a evitar disputas e reivindicações de contratos que não estão a ser cumpridos. Por essa razão, os contratos envolvendo um valor significativo, tais como a compra de casas e carros são invariavelmente escritos.

As características dos contratos

Existem cinco elementos de base comum para todos os contratos independentemente de se tratar de um contrato escrito formal ou um contrato verbal.

Os cinco elementos dos contratos:

- Oferta e aceitação
- Intenção de criar relações jurídicas
- Consideração
- Capacidade
- Consentimento

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS (CONT.)

Oferta e aceitação

Um contrato não pode entrar em vigor até que uma das partes presentes faça uma oferta e a outra parte a aceite. Os tribunais são muitas vezes necessários para determinar se realmente foi feita uma oferta.

Nem sempre é simples determinar o que constitui uma oferta. Por exemplo, a lei não considera necessário a exibição de armações num expositor para serem considerados uma "oferta de venda"? Um precedente no sistema britânico sugere que não é uma oferta, mas o que é considerado como 'um convite para tratar'. Por outras palavras, simplesmente convida um paciente a fazer uma oferta para comprar a armação. Daí o paciente fazer uma oferta para comprar e o optometrista iria, então, 'aceitar' criando o requisito de oferta e aceitação.

A distinção entre um convite para tratar e uma oferta de venda não é sempre clara e em alguns casos pode ser necessário um Tribunal para determinar se foi feita uma oferta. O caso de Carlill contra a empresa Carbolic Smoke Ball, discutido abaixo, é um exemplo.

Intenção de criar relações jurídicas

Este elemento destina-se a eliminar os arranjos casuais, como, por exemplo, uma oferta para conduzir alguém a casa. Um contrato deve ter uma intenção de empresa e não ser um arranjo casual. Para continuar a analogia, uma falta de intenção para criar uma relação jurídica iria impedir que uma pessoa oferecesse uma boleia a outra e, em seguida, exigisse que esta lhe pagasse

Consideração

Os contratos devem ser benéficos para ambas as partes. O benefício que cada parte obtém é referido como consideração. Na maioria dos casos a 'consideração' será dinheiro, bens ou serviços, mas isso não tem necessariamente de ser o caso.

Outra área em que tribunais podem ser chamados é para decidir se existiu consideração. Por exemplo, não é claro se uma pessoa marcou uma consulta com um optometrista para realizar um exame visual e, se na verdade ofereceu dinheiro em troca do teste. Ou seja, eles fizeram uma oferta que foi aceite e o optometrista forneceu alguma consideração pelo (configuração de lado valioso) tempo dispensado? Em caso afirmativo, o optometrista pode considerar que o contrato não foi respeitado se a pessoa não aparecer. É por esta razão que alguns profissionais têm uma nota relativa a esta prática, indicando que seja uma taxa seja aplicada se um paciente não aparecer e não notificou o especialista com a devida antecedência. Quer se trate de consideração, e quer tal sinal seja legalmente eficaz, é ao juiz que cabe decidir, quer algum dia chegue ao Tribunal.

Capacidade

Ambas as partes devem ser capazes de entrar num contrato. É por esta razão que as crianças geralmente não estão autorizadas a celebrar contratos, nem pessoas mentalmente instáveis ou que apresentem sinais de embriaguez, quando o contrato foi formado. Há, naturalmente, determinados contratos onde os menores podem fazer parte. Seria absurdo, por exemplo, impedir um menor de comprar um gelado. No entanto, na maioria das jurisdições, uma criança não pôde entrar em um contrato com um optometrista para comprar um par de óculos no valor de \$1000.

Em muitos países cabe a um juiz decidir até que valor um menor pode participar num contrato. Ao tomar essa decisão teriam de considerar aquilo que a pessoa média considera razoável. Na lei inglesa há um termo usado para decidir o que é razoável "o que é que o homem omnibus Clapham pensaria?" Isso essencialmente significa "o que pensaria a pessoa da rua?" Uma vez que o homem omnibus Clapham é uma presença nos subúrbios de Londres. Omnibus é o termo formal para o que muitas vezes é referido simplesmente como um autocarro.

Consentimento

O último elemento de um contrato é o consentimento por ambas as partes. Coerção não é permitida na criação de um contrato. Esta é a razão pela qual alguns países introduziram legislação que exigem um período de carência para alguns contratos, permitindo que um comprador mude de ideia num prazo determinado após a assinatura. E, novamente, os tribunais podem ser chamados para determinar se alguém foi forçado a assinar um contrato (ou celebrar um contrato verbal).

Caso exemplo: Carlill vs Empresa Carbolic Smoke Ball 1892

Assim como Donoghue versus Stevenson este foi um caso marcante na lei comum, Carlill versus Carbolic Smoke Ball é um importante caso nas leis dos contratos. O caso foi ouvido pelo Tribunal de recurso britânico em 1892. A

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS (CONT.)

empresa Carbollic Smoke Ball produziu um dispositivo composto por uma bola de borracha com um tubo de extensão no mesmo. A bola foi preenchida com ácido carbónico e usuários foram incentivados a inserir o tubo no nariz e espremer a bola. O objectivo era impedir que o usuário contraísse uma gripe encontrada na Grã-Bretanha na década de 1890. A empresa anunciou que dariam £ 100 a quem contraísse a gripe, após o uso adequado da bola. A Senhora Carlill contraiu gripe e exigiu os £ 100 à empresa. A empresa recusou-se e a Sra. Carlill decidiu agir.

Uma pergunta a ser respondida pelo Tribunal foi se a oferta de £ 100 foi concebida para ser levado a sério ou se foi apenas 'exagero', tais como as alegações de detergente de lavagem que afirmam deixar a roupa 'mais branca do que branco'. Eles decidiram que era uma oferta séria desde que havia também um comentário dizendo que eles tinham depositado £ 1000 num banco local para mostrar que eles eram sérios.

A segunda questão considerou oferta e aceitação. O Tribunal decidiu que as £ 100 representaram parte da oferta feita pela companhia e que a compra e uso prescrito pela Sra. Carlill representaram a aceitação. A defesa foi que o anúncio era meramente um convite para o tratamento (como seria com a maioria dos anúncios); no entanto a natureza específica do anúncio foi considerada pelo Tribunal como uma oferta. Além disso, a aquisição representou a consideração por parte da senhora Carlill. Carlill contra a empresa Carbollic Smoke Ball é um bom exemplo de como os tribunais podem ser chamados a interpretar os elementos de um contrato.

LEGISLAÇÃO OPTOMÉTRICA

Muitos países têm uma legislação que cobre o registo e a prática de optometristas. A pior parte, se não todos os países têm uma legislação que cobre o registo e a prática dos oftalmologistas. A legislação optométrica irá normalmente definir o âmbito da aplicação da prática e irá também listar tarefas que optometristas são impedidas de realizar, tais como a cirurgia visual e em alguns países, a utilização de produtos farmacêuticos terapêuticos.

Haverá, ou poderá haver um conselho de governo responsável pelo registo de optometristas e a monitorização da sua prática. A associação de tais quadros é indicada na legislação. Muitas vezes terão um ou mais membros designados pela Associação dos optometristas e podem incluir representantes de instituições de ensino (universidades relevantes) e o departamento governamental apropriado. A maior parte dos quadros profissionais é a protecção do bem-estar público. Ou seja, enquanto nomeados por uma organização, não pretendem ser defensores do corpo da sua nomeação e não devem agir em seu nome. Em alguns países o registo contínuo de optometristas depende do alcance de uma quantidade de pontos de educação continuada. Isto destina-se a garantir a manutenção das competências.

A conformidade com a legislação oftálmica local é essencial e todos os optometristas devem tomar conhecimento de todas as normas e regulamentos aplicáveis à sua localização.

LEI DO CONSUMIDOR

Os optometristas devem estar familiarizados com a legislação do consumidor na sua jurisdição. Os optometristas fornecem bens (óculos e lentes de contacto) e serviços (testes visuais). O objectivo desta secção é fornecer uma compreensão dos princípios básicos do direito do consumidor e como ele pode ser aplicado aos optometristas.

Embora os detalhes possam variar entre jurisdições, os princípios são (ou deveriam ser) geralmente universais e em grande parte baseiam-se no senso comum. Eles também são baseados em princípios éticos fundamentais.

Direito específico do consumidor

Alguns países terão legislação geral sobre bens e serviços. Estas leis geralmente irão delinear os direitos e obrigações dos comerciantes e dos consumidores. Enquanto os optometristas se consideram como 'profissionais', em vez de 'comerciantes' e os seus clientes como 'pacientes' ou 'clientes' em vez de 'consumidores' a lei geralmente trata-os como comerciante e o consumidor.

Direitos do consumidor

Embora a legislação do consumidor varie de país em país existem princípios geralmente comuns que se aplicam à maioria das leis de protecção ao consumidor. Os consumidores são geralmente fornecidos com cinco direitos básicos (e inalienáveis) quando se lida com os comerciantes (incluindo optometristas). Mesmo se não abrangidos

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS (CONT.)

pela legislação, os quatro primeiros devem ser considerados como parte das obrigações morais e profissionais de um optometrista.

Os cinco direitos básicos dos consumidores são:

1. Para ser capaz de fazer negócios sem ser defraudado

Todas as transações com pacientes devem ser justas e legais. Não deve, por exemplo, haver qualquer cláusula oculta nos contratos.

2. Para ser capaz de fazer uma escolha informada sobre a transação

Nenhuma informação importante deve ser escondida ao paciente. O paciente deve ser fornecido com todas as informações relevantes para a tomadora de qualquer decisão.

3. Para ter igualdade nas relações com o comerciante (optometrista)

Nenhuma vantagem desleal deve ser exercida pelo optometrista.

4. Esperar que todos os produtos sejam seguros

Eles não deveriam vender ou receber mercadorias perigosas. Por exemplo, os bens devem ser retirados da venda se são perigosos.

5. Para ter acesso a um sistema de indemnização se os seus direitos forem violados

Deve haver uma autoridade independente, à qual o paciente pode recorrer para ter uma reclamação ouvida. Isso é discutido abaixo.

Todos os consumidores têm, ou deveriam ter, estes direitos e, se consagrados na lei, nenhum optometrista pode legalmente contorná-los. Se as promessas não são suportadas por lei há ainda uma obrigação ética para os optometristas reconhecerem os direitos acima referidos (pelo menos os quatro primeiros).

Promessas implícitas

Para complementar os direitos básicos acima, a maior parte da legislação do consumidor assume promessas implícitas por parte dos comerciantes em qualquer transação ou contrato com os consumidores. Estas são promessas que os comerciantes (optometristas neste caso) consideram, ética e/ou legalmente, mesmo se eles não podem fazê-los explicitamente.

Mais uma vez, quando existe qualquer requisito legal para fazer estas promessas ainda haverá uma exigência moral e profissional para os optometristas implicitamente fazerem tais promessas.

As promessas cinco implícitas e as implicações para os optometristas são:

1. A mercadoria deve ser comercializável

Ou seja, deve estar apto a ser vendido. No caso dos óculos, pode-se argumentar que um par de óculos que não satisfazem os requisitos da norma internacional sobre óculos acabados (ISO21987) ou normas locais do país não seriam comercializáveis. De igual modo, os óculos com quadros danificados ou lentes riscados não seriam comercializáveis.

2. As mercadorias correspondem à descrição

Os bens adquiridos devem coincidir com a sua descrição. Ou seja, devem-se parecer com a sua descrição e devem fazer o que o optometrista disse que fariam.

3. As mercadorias estão aptas para o efeito

REVISÃO DOS PRINCÍPIOS JURÍDICOS (CONT.)

Se o comerciante foi informado da finalidade para a qual as mercadorias eram obrigadas, as mercadorias devem estar aptas para o efeito. Presume-se que o optometrista daria conselhos precisos e especializados.

Por exemplo, se o paciente indicar que ele ou ela jogou um desporto como o squash ou ténis, em seguida, o optometrista deveriam recomendar lentes resistentes ao impacto.

4. As mercadorias correspondem à amostra

Se apresentassem um exemplo ao paciente, a mercadoria devem corresponder ao exemplo. Por exemplo uma armação deve ter a mesma aparência e ser da mesma cor escolhida pelo paciente.

5. Qualquer serviço é efectuado com a devida habilidade e cuidado

Se um optometrista executa um serviço para um paciente, tais como um teste visual, esse serviço deve ser efectuado com a devida competência e cuidado.

A maioria das legislações exige que os comerciantes dêem um reembolso quando qualquer uma das promessas não é preenchida. No entanto, os optometristas não são geralmente necessários para oferecer um reembolso se o consumidor simplesmente mudou de ideia.

As promessas implícitas acima são tratadas como se fossem uma parte do contrato e, portanto, o incumprimento é eficazmente tratado como uma violação do contrato. A legislação do consumidor é normalmente utilizada para fornecer uma solução mais fácil para ao consumidor do que a acção de processar por quebra de contrato. Esta abordagem simplificada é discutida abaixo.

Reparação do Consumidor

Um dos direitos que tem um consumidor é o direito de regresso, ou seja, uma oportunidade para ter a sua reclamação ouvida e resolvido. A maioria dos governos, na criação de sua legislação do consumidor, também criou tribunais e departamentos do governo semelhante ao seguinte para lidar com questões de consumo.

A legislação optométrica também pode fornecer a reparação através de uma queixa ao Conselho de administração se o paciente está a reclamar por uma violação da ética profissional.

Serviços nacionais de Assuntos do Consumidor

Os serviços nacionais de assuntos do consumidor são departamentos do governo que lidam com queixas de consumidores e tentam mediar entre o consumidor e o optometrista. Os funcionários de serviços nacionais tentam resolver todas as disputas de forma aceitável para ambas as partes. Eles vão ouvir queixas de consumidores e, em seguida, colocar a reclamação ao comerciante para assim obter o seu lado do caso. Uma vez que ambos os casos tentam facilitar a conciliação entre as duas partes por sugerir um compromisso ou destacar onde a lei iria considerar a culpa a mentir.

Se não se chegar a uma resolução a próxima etapa é um tribunal formal.

Tribunais de Reclamações dos Consumidores

Os tribunais de reclamações dos consumidores chamados tribunais de pequenas causas são painéis onde pedidos até um determinado valor podem ser ouvidos. O sistema jurídico normal costuma envolver bons advogados e custas judiciais e não é realmente adequado para sinistros que envolvam custos significativamente menores que o custo do processo judicial. A maioria dos tribunais requerem apenas uma pequena taxa para ter o caso ouvido.

O caso é ouvido por um árbitro que actua como o juiz. O objectivo de tais tribunais e o uso de um árbitro, em vez de um juiz são de tornar o processo menos impositivo. O processo é mais parecido com uma reunião de um processo judicial. Sem advogados geralmente têm permissão para assistir e o árbitro provavelmente não vai vestir roupas dos juizes. Na ausência de advogados o optometrista e o paciente contariam o ocorrido

Enquanto os tribunais do consumidor não têm geralmente o poder de multar ou impor outros tribunais de sanções eles normalmente têm o poder de instruir o optometrista a fazer reparos ou o reembolsar o dinheiro. O não cumprimento destas instruções seria uma violação da lei, muitas vezes referida como desprezo do Tribunal.

FORMAS LEGAIS DE ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS

Existem várias formas de organização de empresas. As formas mais prováveis de serem usadas na formação de uma prática da optometria são baseadas no comércio único, parceria e empresa. Outras formas menos comuns de negócio, tais como relações de confiança e cooperativas também podem ser uma opção em algumas jurisdições. Mais uma vez, conselhos legais ou de contabilidade devem ser procurados para informar sobre a decisão de que estrutura deve ser usada. Tributação e exigências de informação irão variar entre países.

COMERCIANTE EM NOME INDIVIDUAL

A comercialização em nome individual é a estrutura mais básica do negócio. Em muitas jurisdições pode exigir muito pouca ou nenhuma das formalidades legais. Essencialmente significa operar o negócio como pessoa sem nenhuma estrutura de negócios formal. É possível usar um nome de negócio; no entanto isso seria tratado de forma diferente para uma empresa. O nome da empresa seria tratado apenas como um nome alternativo para o comerciante em nome individual. Na maioria das jurisdições, a firma tem que ser registrada para a proteger contra o uso por parte de outras pessoas.

Geralmente existem poucas regulamentações governamentais sobre o comércio em nome individual. Há também o benefício de receber todos os lucros da empresa. Entre as desvantagens, no entanto, é a falta de pessoas que podem partilhar as dívidas, partilhar a carga de trabalho ou fornecer novas ideias.

A principal desvantagem de ser comerciante em nome individual é que o optometrista aceita qualquer responsabilidade por dívidas, incluindo perdas potenciais nos termos da lei. Portanto, não são apenas os fundos de negócios e activos em risco, mas também a sua riqueza privada.

PARCERIA

Uma parceria é geralmente tratada da mesma forma que um comércio único, em termos de obrigações. Uma parceria é relativamente fácil de estabelecer e envolve pouco na forma de controlo do governo. Enquanto comerciante em nome individual, cada parceiro tem responsabilidade ilimitada. Ou seja, se uma parceria com dívidas substanciais fecha, cada parceiro pode ser obrigado a pagar todas as dívidas, não apenas a sua parte. Portanto, se um dos parceiros é incapaz de satisfazer a dívida, os restantes parceiros ou parceiros devem ostentar o custo total.

Algumas jurisdições podem exigir um acordo de parceria por escrito. Mesmo que não tenha sido exigido um acordo de parceria, o contrato por escrito é aconselhável, independentemente de quão próximo é o relacionamento pessoal dos parceiros.

Um acordo de parceria por escrito é um contrato entre os parceiros que define os direitos e responsabilidades de cada parceiro. Este ajuda a evitar disputas entre os parceiros, onde existem diferentes lembranças do que foi acordado verbalmente, e é particularmente importante se vários parceiros estão envolvidos.

Tal como acontece com comerciantes em nome individual os parceiros estão autorizados a usar o nome da empresa. É comuns as parcerias de Optometria usarem o nome da firma óptico como por exemplo Óptica XYZ em vez dos nomes de todos os parceiros.

As parcerias têm a vantagem de trazer mais fundos, novas ideias e mais pessoas para partilhar a carga. No entanto, as parcerias diluem a propriedade e a liberdade de acção.

FORMAS LEGAIS DE ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS

COMPANHIA

No sistema corporativo britânico há dois tipos básicos de empresa; público e privado. Noutras jurisdições podem apenas ser um tipo de empresa. As empresas privadas têm propriedade limitada e a propriedade não é universalmente oferecida no mercado. A maioria das pequenas empresas são as empresas privadas e muitos terão evoluído de empresas em nome individual ou parcerias. A partilha de acções de empresas públicas está aberta a todo o público. As empresas públicas muitas vezes evoluem a partir de pequenas empresas privadas.

As ópticas serão normalmente configuradas como empresas privadas. Todas as empresas têm accionistas; nas empresas privadas, isso pode ser um mínimo de 2 e é raramente mais de 50. Pode haver limites legais ao número de accionistas.

As empresas públicas estão cotadas na bolsa de valores do país de origem e, nalgumas grandes corporações, podem ser cotadas nas bolsas de valores internacionais e as suas acções negociadas publicamente. As bolsas de valores são comercializadas em acções de segunda mão: Eles fornecem um local para os accionistas venderem as suas acções e outros para as comprar.

Empresa Privada

As empresas privadas apresentam uma alternativa para os comerciantes em nome individual e parcerias e, fornecerem aos proprietários mais protecção. No entanto, eles também têm responsabilidades legais mais onerosas, nomeadamente em matéria de emissão de relatórios regulares.

Em algumas jurisdições pode ser possível comprar uma empresa 'fictícia' já existente. Empresas fictícias foram criadas por corretores, organizações frequentemente financeiras ou contabilistas, com o objectivo de vendê-los a pessoas que querem criar uma empresa. As empresas fictícias normalmente vêm com as seguintes características essenciais:

- **Os accionistas existentes:** normalmente haverá um mínimo de dois que já terão pago suas acções com valor nominal de US \$1 cada. Estes accionistas existentes irão transferir a sua propriedade para as pessoas que compram a empresa fictícia.
- **Um Conselho de administração:** Estas são normalmente as mesmas duas pessoas. Novamente, os directores originais vão renunciar e os novos accionistas irão eleger seu próprio Conselho de administração. Numa pequena empresa a administração será normalmente os accionistas.
- **Um memorando de associação:** Estes são os objectivos da empresa e estarão em termos gerais para uma empresa fictícia. Os novos directores podem optar por alterar ou adicionar o memorando de associação.
- **Estatutos:** Estas são as regras da empresa – novamente estes serão básicos e aqueles que seria comum a todas as empresas pequenas, como as regras sobre quando devem ser realizadas reuniões).
- **O certificado de incorporação:** O certificado de incorporação é o registo da empresa com o departamento governamental apropriado.
- O selo da empresa e nome

Não existe nenhuma obrigação para os compradores manterem o mesmo número de accionistas ou directores. Eles podem adicionar novos accionistas e directores como entenderem. Estas decisões iriam ser exaradas na acta da empresa.

O tipo de empresa é normalmente indicado por letras após o nome. Como exemplos:

- No sistema britânico a prazo limitado (LTD) é normalmente adicionada ao nome de uma empresa. Limitada refere-se à responsabilidade dos accionistas. Ou seja, a sua responsabilidade é limitada apenas para os montantes não pagos nas suas acções.
- Na Austrália o termo limitado é normalmente adicionado ao nome de uma empresa e se for uma empresa privada com um número restrito de proprietários, como na companhia referida acima, o termo proprietário limitada ou Pty Ltd é usado.

- Na Alemanha o termo Gesellschaft mit beschränkter Haftung (GmbH) é usado para empresas privadas.

Uma empresa é tratada pela lei na maioria das jurisdições, como se fosse uma pessoa. Isto é referido como entidade jurídica. Pode processar e ser processado, dever dinheiro e deverem-lhe dinheiro. Portanto, se uma empresa é processada, qualquer sanção deve vir dos activos da empresa e não dos proprietários.

FORMAS LEGAIS DE ORGANIZAÇÃO DE EMPRESAS

Empresa Pública

As empresas públicas são geralmente bastante grandes e depois da oferta original de partilha, chamado um "float", qualquer mudança de propriedade é tratada pela bolsa do país de origem, que liga potenciais compradores com vendedores. A maioria das empresas tem de comprar uma parcela mínima de acções normalmente de 500 ou 1000. As empresas públicas frequentemente crescerem a partir de empresas privadas que chegaram ao seu pleno potencial com os seus níveis actuais de financiamento. O "floating" de uma empresa é visto como um meio de crescimento rápido desta com um afluxo de novos fundos dos novos sócios. Ou seja, a empresa pode crescer a um ritmo muito mais rápido do que com a sua propriedade actual e a base capital. No entanto, dilui significativamente propriedade. As bolsas de valores fornecem um local de encontro para a negociação de acções após o float original.

- No Reino Unido o termo PLC é usado por empresas públicas.
- Na Austrália as empresas públicas têm apenas a palavra limitada (Ltd) após seu nome.
- Na Alemanha o termo Aktiengesellschaft (AG) é usado para 'sociedades por acções', ou seja, as empresas públicas.

O preço do dia-a-dia das acções de empresas públicas dependerá do desempenho da empresa e também das influências externas, como as taxas de desemprego, a taxa de inflação, as taxas de juros e o estado da economia mundial.

As empresas públicas são controladas por um Conselho de administração eleito pela Assembleia-geral anual dos accionistas no momento da reunião. A maioria das empresas têm alguns grandes accionistas e geralmente são eles que decidem quem faz parte do conselho de administração.

O Conselho de administração, em seguida, nomeia gerentes seniores, alguns dos quais podem sentar-se no Conselho de administração, que, em seguida, são responsáveis pela gestão quotidiana da empresa. Tal como acontece com as empresas privadas, as empresas públicas também têm responsabilidade limitada.

Entidade jurídica

As empresas têm uma vida própria e continuam independentemente dos seus proprietários. Ou seja, as empresas são 'entidades jurídicas' ou seres legais. A lei considera-os como se fossem seres humanos. Podem processar e ser processados e podem possuir e vender o imóvel. Se processados, uma empresa é responsável na medida das suas próprias acções. Os seus proprietários só são responsáveis por qualquer quantia não paga ainda devido às suas acções. Eis porque a responsabilidade dos proprietários é conhecida como 'anónimas'. No entanto, em algumas jurisdições, os directores podem ser responsabilizados pessoalmente pelas suas acções se eles forem considerados negligentes.

Enquanto os optometristas podem estar inclinados para constituir empresas privadas, de forma a poder obter a protecção da responsabilidade limitada, podem não ser capazes de alcançar essa protecção total. Bancos e outros fornecedores de finanças estão conscientes da responsabilidade limitada e muitas vezes estão relutantes em emprestar dinheiro a uma nova empresa, a menos que os seus directores ofereçam garantias pessoais tais como uma hipoteca da casa para cobrir o empréstimo. Isto elimina o propósito da finalidade da responsabilidade limitada, pelo menos com as amortizações de empréstimos. A responsabilidade limitada ainda seria aplicável em casos de ternos da lei. No entanto, tanto os optometristas, como os médicos, podem ser totalmente responsáveis pela sua prática profissional e assim seria sensato subscrever um seguro de responsabilidade civil profissional (discutidos na parte 2).

RESUMO

Enquanto um optometrista não pode ser um especialista em direito e administração, ele ou ela deve ter um elevado nível de sensibilização para os grandes princípios, saber onde procurar aconselhamento, tendo em conta os pareceres e compreender os conselhos. A ignorância não é uma desculpa aceitável aos olhos da lei. Muitas das habilidades e conhecimentos de negócios necessários para gerir uma prática serão gradualmente desenvolvidas enquanto o negócio cresce mas algum estudo prévio e preparação também será necessário.



AUTO-AVALIAÇÃO 1

- 1 Como é que o estatuto da lei difere de direito comum?
- 2 Quais são as promessas implícitas feitas pelos comerciantes aos seus clientes?
- 3 Quais são as características essenciais de um contrato?
- 4 Qual a principal desvantagem de ser um único comerciante?



RESPOSTAS – AUTO-AVALIAÇÃO 1

1. Como o estatuto da lei difere de direito comum?

Estatuto da lei é criado pelo legislador de um país. Ele substitui qualquer lei comum existente. A Lei Comum é criada por juízes quando os casos são ouvidos.

2. Quais são as promessas feitas pelos comerciantes aos seus clientes?

- As mercadorias devem ser de qualidade comercializável
- A mercadoria deve coincidir com a descrição
- A mercadoria deve estar apta para a finalidade
- A mercadoria deve corresponder com o exemplo
- Serviços devem ser efectuados com a devida habilidade e cuidado

3. Quais são as características essenciais de um contrato?

- Oferta e aceitação
- Intenção de criar relações jurídicas
- Consideração
- Capacidade
- Consentimento

4. Qual é a principal desvantagem de ser um único comerciante?

Responsabilidade ilimitada